

# Fugindo da recessão

■ Governo decide investir R\$ 14,4 bilhões para socorrer consumidores, estados, bancos e agricultores que estão em dificuldades

Brasília — Luciana Avelar

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — O clima vivido hoje pelos economistas do governo é exatamente o oposto ao de outubro do ano passado, quando, temendo uma explosão de consumo, o governo baixou medidas duras de restrição ao crédito e reduziu a taxa de crescimento da economia de 10,4% para algo abaixo de 4% anuais. Agora, o temor da equipe é de uma recessão no início do próximo ano, o que levou os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e o Banco Central a decidirem despejar na economia o equivalente a R\$ 14,4 bilhões, com medidas de socorro a consumidores, estados, bancos e agricultores em dificuldades.

O arrocho promovido até agora vinha sendo tão forte que os economistas não acreditam que as medidas de alívio possam ter um impacto inflacionário. "A situação apontava para uma queda muito grande do nível de atividade. Basicamente,

agora vai haver uma redução no custo dos empréstimos e uma melhora no financiamento das pequenas e médias empresas", diz o coordenador de Política Monetária do Ministério da Fazenda, Mansueto Facundo, o principal auxiliar do secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, na avaliação da política de juros.

Na elaboração das medidas de socorro, alguns integrantes da equipe chegaram a defender uma redução ainda maior e mais rápida das taxas de juros, que continuam elevadas se comparadas com a inflação. Enquanto os índices de preços apontam para uma variação mensal dentre 1,5% e 2%, os

juros pagos pelo governo vão bater em 2,7% este mês, e consumidores e empresas continuarão pagando taxas de até 10%.

Com as medidas baixadas nos últimos dias, o governo vai injetar na economia muito dinheiro — de seu caixa e do próprio sistema bancário — para ajudar os setores mais afetados pelo arrocho. Estão previstos R\$ 2 bilhões para o refinanciamento da dívida dos estados com os bancos. Outros R\$ 1,4 bilhão irrigarão a economia, a partir de janeiro, com o fim do compulsório cobrado pelo Banco Central (BC) sobre todo tipo de empréstimo.

No caso dos bancos, a conta é maior, mas seu tamanho exato é

imprevisível.

Só o empréstimo que o BC vai dar para cobrir o rombo do Banco Nacional poderá chegar a R\$ 4 bilhões.

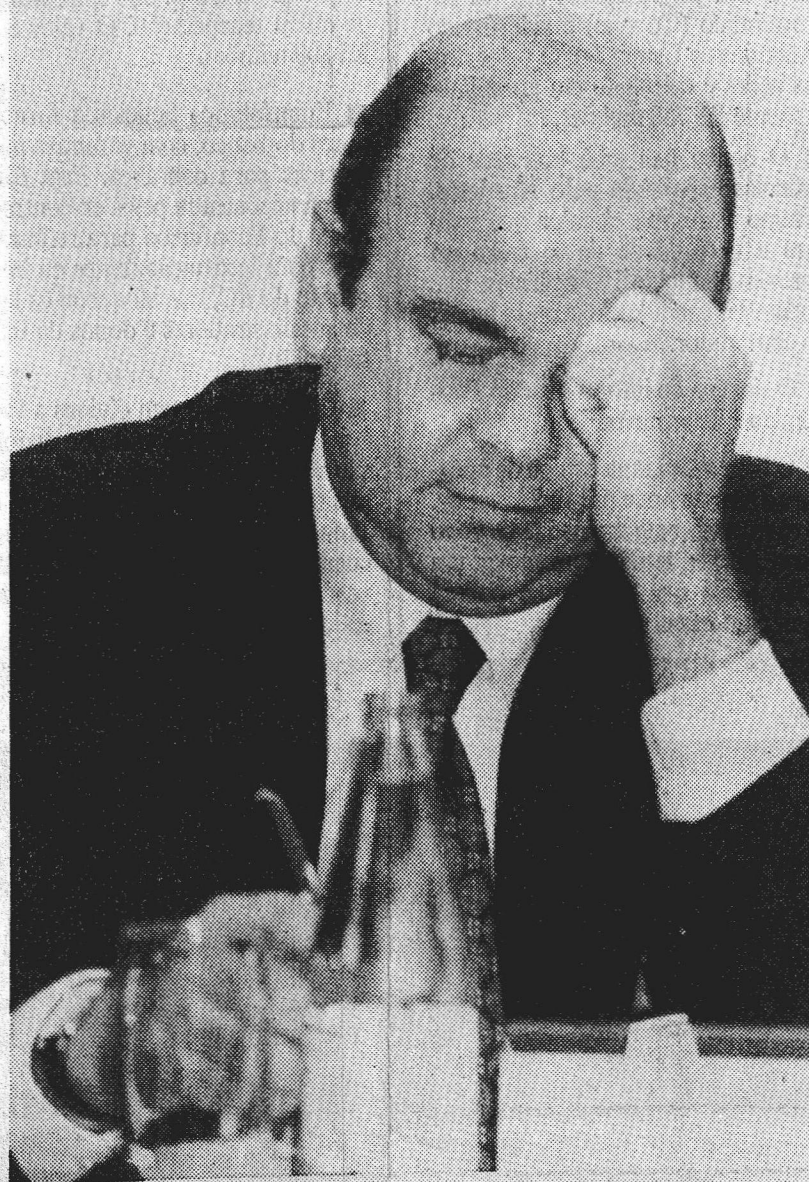
Além disso, o governo ainda vai dar uma mãozinha aos agricultores ao aceitar que eles paguem em 10 anos

uma dívida de R\$ 7 bilhões.

Toda essa injeção de dinheiro pode ser pequena se comparada aos R\$ 48 bilhões que o BC retirou do sistema bancário, logo na largada do Plano Real, com os recolhimentos compulsórios — hoje, esse volume está por volta de R\$ 38 bilhões. Um dos efeitos mais negativos do arrocho aconteceu na indústria, que despençou de um crescimento de 14,3% no primeiro trimestre do ano para 1% no último.

"A principal preocupação é com o início de 1996, quando sempre ocorre uma queda natural da atividade econômica", reconhece Facundo.

## FONTES



Chico Lopes: não adianta cortar despesa sem reduzir dívida pública

### O socorro\*

Banco Nacional	4
Estados	2
Agricultores	7 **
Crédito	1,4 ***
Total	14,4

\* em bilhões

\*\* Refinanciamento da dívida por 10 anos.

\*\*\* Compulsório sobre operações de empréstimos recolhido ao BC